

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV
RELATÓRIO FINAL
EXERCÍCIO 2022

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2023.

Aos
ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS DA
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV
VITÓRIA - ES

REF.: RELATÓRIO FINAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

Apresentamos a V.Sas. o conjunto das Demonstrações Contábeis acima referenciadas, composto de:

- 1 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES;
- 2 – CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS;

Releva observar que este relatório representa, através do “Relatório dos Auditores Independentes”, nossa opinião definitiva sobre as peças contábeis e os controles internos utilizados por V.Sas. no exercício de 2022, sendo que assuntos de menor relevância e não comentados no referido Relatório encontram-se nas Cartas de Controles Internos emitidas.

1 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Conselheiros da
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV
Vitória - ES

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Propriedade Para Investimentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, “no exercício de 2019, a Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória - CDTIV, reclassificou a conta Terreno do grupo de Ativo Imobilizado como Propriedade Para Investimentos - PPI, no grupo Ativo Investimentos, sendo mensurado pelo “valor justo”. Valor este baseado no Parecer Técnico da Comissão Permanente de Engenharia de Avaliações – COPEA, da Prefeitura Municipal de Vitória, obedecendo às diretrizes, às técnicas e as recomendações da NBR 14653 (ABNT). A reclassificação foi fundamentada conforme deliberação de Diretoria, onde fica clara a intenção da CDTIV em auferir renda e ganho de capital com este Ativo.” No entanto, não nos foi apresentada a avaliação periódica, exigida em norma, conforme item 55 NBC TG 28 (R4) para a manutenção do Ativo no montante de R\$ 8.431.841,00 neste grupo de contas.

Destituição dos Membros do Conselho de Administração

Em 2021, a organização destituiu os membros do Conselho de administração da CDTIV. Até a data de emissão deste Relatório, a Companhia, se encontrava sem este colegiado, órgão estatutário, de composição da administração da CDTIV. No art. 22 do estatuto social da CDTIV, são atribuídas as competências do Conselho de Administração, que é o órgão de administração e de deliberação colegiada da Sociedade. Suas competências estão expressas no referido artigo, entre as quais, no

inciso V: manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria Executiva e pareceres prévios à deliberação do Conselho de Administração sobre matérias específicas, por exemplo, relacionadas ao cumprimento das regras de Governança Corporativa (Estatuto - ART. 8º), regras de Transparência (Estatuto -ART. 9º), e regras quanto aos Mecanismos de Controle Interno (Estatuto - ART.10º). Os responsáveis pela governança da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração de políticas, regimentos e normas de procedimentos, para possibilitar que a Companhia difunda informações suficientes em suas demonstrações contábeis para divulgação do seu resultado financeiro, em conformidade com o que dispõe o Estatuto Social e a legislação vigente. A Companhia permanece sem a constituição do Conselho de Administração.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Conforme divulgado na nota explicativa nº 29 – Eventos Subsequentes “Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recurso Extraordinário nº 949.297, mudando o entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária. A Diretoria da CDTIV avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 - Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022. Assim, verifica-se a não ocorrência de eventos que possam alterar de forma significativa as Demonstrações Contábeis e as operações da CDTIV, até a data de autorização de emissão dessas Demonstrações” Nossa opinião não foi modificada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria do Período Anterior

As demonstrações contábeis da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTIV para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outros Auditores, que emitiram Relatório dos Auditores Independentes com modificação de opinião, datado em 31/03/2022, com ressalvas sobre a não constituição do Conselho de Administração, falhas na constituição e controle da PECLD Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa, inexistência de Teste de Recuperabilidade de Ativos, não constituição de Reserva Legal, ênfase a respeito dos Controles Internos e parágrafo de incerteza a respeito das estimativas apresentadas pela Assessoria Jurídica.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da CDTIV é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente

de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Vitória - ES, 12 de abril de 2023.

MARCIO DE MENDONÇA Assinado de forma digital por
FERNANDES:0162738773 MARCIO DE MENDONÇA
0 FERNANDES:01627387730
Dados: 2023.04.12 15:39:12 -03'00'

PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA
CRC RJ 008323/O-7 ES
Márcio de Mendonça Fernandes
Contador CRC RJ 108281/O-0 ES
CNAI N° 4243
Sócio - Responsável Técnico

2 – CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTV

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO DE 2022

**Vitória - ES
31 de dezembro de 2022**

Prefeito de Vitória
Lorenzo Silva de Pazolini

Vice-Prefeito de Vitória
Estéfane da Silva Franca Ferreira

Conselho Fiscal
Miguel dos Santos Costa
Mônica Cristina Vieira Meira Kandler
Riller Pedro Sidequerky

Diretoria Atual
Marcus Gregório Serrano – Diretor-Presidente
Donatila Lima Nava Martins – Diretora Administrativo-Financeira
Jeanine Valdetaro de Amorim Gomes – Diretora de Turismo
Diego Campana Fiorot – Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Bárbara Ohanna Moreira – Diretora de Inovação
João Pereira Gomes – Advogado-Geral

Contabilidade
Clarissa Vassem Campos - CRC ES-18.421/O-2 – Contabilidade Pública
Alexsander Carvalho Nunes – CRC ES – 10.948/O-7 - Contabilidade Comercial

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE OS NEGÓCIOS SOCIAIS E PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO EXERCÍCIO DE 2022

O presente relatório foi elaborado em atendimento à Lei Federal nº 6.404/76; ao art. 1º e Anexo III – Prestação de Contas Anual dos Ordenadores de Despesas da Administração Direta e Indireta, da Instrução Normativa do Tribunal de Contas, do Estado do Espírito Santo – IN TC nº 043/2017 e ao art. 2º do Decreto Municipal nº 17.883, de 18 de outubro de 2019 e ao art. 30, letra “i” do Estatuto Social da CDTIV.

A Lei nº 2.669, de 13 de fevereiro de 1980, autorizou o Município de Vitória a constituir a Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV). Em 2020, a Lei nº 9.626 de 9 de março de 2020, alterou a denominação da Empresa para Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória (CDTIV), redefinindo também suas atribuições, conforme seu Estatuto Social, elaborado em consonância às disposições do Decreto Municipal nº 16.915, de 29 de dezembro de 2016, que regulamentou a Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais). A Lei das Estatais disciplina a exploração direta de atividade econômica pelo Estado por intermédio de suas empresas públicas e sociedades de economia mista, conforme previsto no art. 173 da Constituição Federal.

A CDTIV é uma empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, constituída sob a forma de sociedade anônima, com patrimônio próprio. Iniciou suas atividades em 1987 e tem como único acionista o Município de Vitória. Desde 18 de abril de 2022, encontra-se instalada na Rua Armando Moreira de Oliveira, 230, Goiabeiras, Vitória/ES, CEP 29.075-075. Atua sob a luz da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, que trouxeram significativas mudanças ao regime jurídico das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, Em 1º de novembro de 2022, a CDTIV, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, alterou seu Estatuto Social, cuja motivação principal foi a alteração cadastral, devido a mudança de endereço, denominação e adequação do objeto social ao texto legal da Lei 9.626 de 09 de março de 2020.

A CDTIV observa as regras de governança corporativa que representam mecanismo de incentivo e controle que visam a assegurar o alinhamento das decisões dos Administradores com os seus objetivos sociais. É responsável por analisar conjunturas econômicas, desenvolver estudos e pesquisas, contratar projetos de viabilidade técnica e econômica, com o objetivo de fomentar e desenvolver a economia da cidade de Vitória, em médio e longo prazo. Por meio de concessões e de parcerias público-privadas, desenvolve projetos de alta complexidade e longa maturação. É responsável, também, pelo desenvolvimento do turismo, da ciência, da tecnologia e da inovação, com o objetivo de tornar Vitória uma cidade cada vez mais inteligente e humana.

A Companhia está estruturada em três atividades finalísticas: **(I) Desenvolvimento, (II) Turismo, e (III) Inovação.**

A **Diretoria de Negócios** atua na área de concessões de áreas, imóveis e serviços públicos, negócios populares e cooperativismo, na intermediação do “Artes na Praça”, feira comunitária e *food-truck*. A **Diretoria de Inovação** atua na área desenvolvimento Tecnológico, de inovação como resultado da implementação e critérios de viabilidade para a criatividade, gerando valores de mudança, melhoria e progresso em todas as atividades econômicas, sociais e culturais, no empreendedorismo, no fomento e apoio ao empreendedor e no acesso ao crédito. A **Diretoria de Turismo** atua de forma integrada no planejamento dos objetivos e metas governamentais; coordena a execução das políticas e diretrizes da administração municipal para o desenvolvimento do turismo no município; promove os programas de desenvolvimento de acordo com o Plano de Turismo de Vitória; trabalha na proteção ao turista e na oferta de meios para a divulgação da cidade. Também é sua responsabilidade a articulação com os órgãos que mantenham parceria com a administração municipal na área do turismo.

A CDTV compõe o Sistema Municipal de Ciência e Tecnologia e Inovação, administrando os fundos FACITEC e FUMDEV, presidindo o CMCT, conforme disposto em legislação municipal, em especial as Leis nº 7.871, de 21 de dezembro de 2009, nº 3.763, de 27 de dezembro de 1991, e nº 6779, de 21 de novembro de 2006, e suas alterações, além dos respectivos decretos regulamentadores. Compõe ainda o Sistema Municipal de Turismo, administrando o Fundo de Desenvolvimento do Turismo de Vitória (FUNDETUR), presidindo o Conselho Municipal de Turismo e elaborando o Plano Diretor de Turismo, conforme disposto nas Leis nºs 4.751, 08 de junho de 1998, e 9.280, de 08 de junho de 2018. A CDTV permanece gestora dos recursos do Fundo de Desenvolvimento de Vitória, instituído nos Arts. 4º e 5º da Lei nº 2.669, de 1980, e decretos regulamentares.

Buscando ter uma participação ativa na melhora do cenário econômico da Capital, alinhado com as diretrizes governamentais, a Companhia atuou ativamente na manutenção de importantes projetos de apoio ao microempreendedor:

I - Acesso ao crédito para os munícipes empreendedores no Programa de microcrédito produtivo e orientado do Governo do Espírito Santo, operado por meio programa Nossocrédito do Microcrédito Banestes. As linhas de créditos são: Banestes Microcrédito PF: para empreendedores informais, autônomos e profissionais liberais. Contratações até R\$15 mil. Taxas entre 1,59% e 1,89% ao mês; Banestes Microcrédito PJ: para micro e pequenos empreendedores. Contratações até R\$21mil. Taxas entre 1,39% e 1,69% ao mês; Banestes Acelera ES: para público e microempresas. Contratações até R\$150 mil. Taxas entre 1,82% e 1,97% ao mês; Banestes Microcrédito Juntas PF: para empreendedoras informais, autônomas e profissionais liberais que finalizaram o Curso Aderes junto ao Sebrae. Contratações até R\$21mil. Taxas entre 1,49% e 1,79% ao mês; Banestes Microcrédito Juntas PJ: para empreendedoras formais que finalizaram os cursos Aderes junto ao Sebrae. Contratações até

R\$21 mil. Taxas entre 1,29% e 1,59% ao mês. Em 2022 foram 520 atendimentos cadastrados para análise no Microcrédito, destes 79 obtiveram empréstimos concedidos ((Fonte: Relatório de Gestão 2022).

II - Apoio ao Empreendedor oferece orientação especializada aos cidadãos que desejam iniciar o próprio empreendimento. Também estão disponíveis os serviços de acesso ao crédito, de acordo com o perfil de cada empreendimento. O Centro atua na formalização de empreendedores individuais, fomento, associativismo e capacitação para pessoas jurídicas, possibilitando a criação de novas empresas. O Apoio ao Empreendedor atende em duas localizações: Centro de Apoio ao Empreendedor (Centro de Inovação), na sede da CDTV e no Centro de Apoio ao Empreendedor (CEU/São Pedro), na Rua 23 de abril, 35, Ilha das Caieiras, Vitória-ES. Em 2022 foram realizados 3.393 atendimentos MEI no Centro de Apoio ao Empreendedor, destes: 89 foram para alteração cadastral, 48 para consulta de baixa, 49 para certificado de baixa, 314 para criação de acesso ao Portal da PMV, 1.199 para emissão do DAS, 416 emissões de declaração, 383 auxílios de emissão de nota fiscal, 146 aberturas de empresa/formalização - MEI, 292 atendimentos de informação, 130 levantamentos de débitos e 123 parcelamentos (Fonte: Relatório de Gestão 2022).

Em 2023, os desafios continuam! A CDTV fará correção de rumos, ajustando seu planejamento estratégico, visando alinhar as ações da Companhia ao Plano Municipal e definindo novos projetos e entregas até o final da gestão. A ampliação do acesso ao público, melhoria na comunicação externa e interna, com maior divulgação e transparência em suas ações, implantação de sistema de processo eletrônico, aprimoramento em seus procedimentos internos e na gestão patrimonial, dentre outras práticas fazem parte do elenco de ações necessárias à melhoria da gestão da Companhia em cumprimento de sua missão institucional.

Vitória, ES, 31 de Dezembro de 2022.

DIRETORIA EXECUTIVA

MARCUS GREGÓRIO SERRANO - **Diretor-Presidente**

DONATILA LIMA NAVA MARTINS - **Diretora Administrativo-Financeira**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante		4.981.762,55	834.098,40	Circulante		4.945.838,58	719.586,91
Disponibilidades		4.736.621,28	654.537,17	Fornecedores e outras contas a pagar	13	-	111,62
Bancos conta movimento	4	4.373.642,89	315.396,26	Obrigações trabalhistas		-	-
Aplicações financeiras	5	362.978,39	339.140,91	Obrigações fiscais	14	91.333,75	121.203,62
Direitos realizáveis		245.141,27	179.561,23	Obrigações Sociais	15	184.960,74	92.687,84
Contas a receber de concessionários	6	92.890,65	84.467,15	Provisões de férias e encargos	16	294.433,53	389.052,78
Impostos e contribuições a recuperar	7	87.859,39	9.473,52	Outros passivos circulantes	17	106.310,56	116.531,05
Almoxarifado	8	5.444,79	5.770,92	Antecipação de Recursos		4.268.800,00	-
Outros Créditos		2.812,87	2.762,31				
Adiantamentos	9	56.133,57	77.087,33				
Não Circulante		8.550.707,49	8.576.673,71	Não circulante		267.125,03	179.245,03
Realizável a Longo Prazo		61.176,13	-	Provisões para contingências	18	267.125,03	179.245,03
Contas a receber de concessionários		50.189,33	-				
Depósitos judiciais		10.986,80	-				
Investimentos	10	8.431.841,00	8.431.841,00	Patrimônio líquido		8.319.506,43	8.511.940,17
Investimentos		8.431.841,00	8.431.841,00	Capital social	19	3.740.825,00	3.740.825,00
Imobilizado	11	31.353,23	92.197,14	Ajustes de Avaliação Patrimonial	20	5.768.065,00	5.768.065,00
Imobilizado		31.353,23	92.197,14	Reserva Legal	21	18.487,25	18.487,25
Intangível	12	26.337,13	52.635,57	Prejuízos Acumulados		(1.207.870,82)	(1.015.437,08)
Intangível		26.337,13	52.635,57				
Total do ativo		13.532.470,04	9.410.772,11	Total do passivo e patrimônio líquido		13.532.470,04	9.410.772,11

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	2022	2021
Receita Líquida / Lucro Bruto	22	10.990.831,99	6.100.553,71
Despesas gerais e administrativas	23	(11.612.823,33)	(6.146.069,95)
Depreciação e Amortização	23	(84.089,43)	(94.675,67)
Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa	24	(16.538,69)	-
(+) Outras receitas	25	153.599,09	279.602,96
(+) Reversão de provisões	26	459.496,72	
Lucro antes das Receitas e Despesas Financeiras		(109.523,65)	139.411,05
(+/-) Receitas e Despesas financeiras	27	69.347,60	29.934,34
Lucro antes dos Tributos		(40.176,05)	169.345,39
Contribuição Social	28	(41.378,53)	(32.028,20)
Imposto de Renda	28	(102.165,63)	(82.967,22)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		(183.720,21)	54.349,97
Quantidade de Ações do Capital Social Integralizado		3.740.825	3.740.825
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação do Capital Social		-0,0491	0,0145

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em reais

Discriminação	Capital social	Lucros Acumulados	Reserva Legal	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízo acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 01/01/2021	3.740.825,00	-	15.769,75	3.070.627,09	(1.067.083,24)	5.760.138,60
Lucro do período		54.349,97				54.349,97
Constituição de Reserva Legal		(2.717,50)	2.717,50			
Compensação Prejuízos Acumulados		(51.632,47)			51.632,47	
Ajuste de exercícios anteriores					13,69	13,69
Ajuste de Avaliação Patrimonial				2.697.437,91		2.697.437,91
Saldos em 31/12/2021	3.740.825,00	-	18.487,25	5.768.065,00	(1.015.437,08)	8.511.940,17
Prejuízo do período					(183.720,21)	(183.720,21)
Constituição de Reserva Legal						
Compensação Prejuízos Acumulados						
Ajuste de exercícios anteriores					(8.713,53)	(8.713,53)
Ajuste de Avaliação Patrimonial						
Saldos em 31/12/2022	3.740.825,00	-	18.487,25	5.768.065,00	1.207.870,82	8.319.506,43

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
em reais

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	(183.720,21)	54.349,97
Ajustes por:		
Ajuste de exercício anterior	(8.713,53)	13,69
Ajuste no saldo de Depreciação Acumulada	9.852,92	
Depreciação e amortização	84.089,43	94.675,67
Lucro líquido ajustado	(98.491,39)	149.039,33
Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo circulantes e não circulantes		
Contas a receber de concessionários (CP e LP)	(58.612,83)	182.054,61
Outros Créditos	(50,56)	(2.034,43)
Adiantamentos	20.953,76	(33.730,93)
Impostos e contribuições a recuperar	(78.385,87)	(4.085,63)
Estoque	326,13	(1.000,34)
Depósitos judiciais	(10.986,80)	25.549,29
Fornecedores e outras contas a pagar	(111,62)	(425.527,99)
Antecipações PMV	4.268.800,00	
Obrigações trabalhistas	-	-
Obrigações sociais	92.272,90	92.687,84
Obrigações fiscais	(29.869,87)	(83.681,94)
Outros passivos circulantes	(10.220,49)	(61.455,07)
Provisões de férias e encargos	(94.619,25)	(109.692,88)
Provisões para contingências	87.880,00	(196.954,23)
Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades operacionais	4.187.375,50	(617.871,70)
Transferência para Investimento	-	(2.697.437,91)
Aquisição de Imobilizado	(6.800,00)	(6.630,00)
Aquisição de Intangível	-	-
Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades investimento	(6.800,00)	(2.704.067,91)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	2.697.437,91
Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades Financiamento	-	2.697.437,91
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalente caixa	4.082.084,11	(475.462,37)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	654.537,17	1.129.999,54
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	4.736.621,28	654.537,17
Varição de caixa e equivalente de caixa	4.082.084,11	(475.462,37)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DEZEMBRO DE 2022

1) Contexto Operacional

A Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória – CDTV é uma Empresa Pública Municipal de direito privado sob a forma de Sociedade Anônima, sendo seu único acionista o Município de Vitória. A Companhia foi autorizada pela Lei Municipal/ES nº 2.669, de 13 de fevereiro de 1980, com as alterações constantes das Leis Municipais/ES nº 3.345, de 11 de julho de 1986 e 5.948, de 16 de julho de 2003, e Decreto Municipal/ES nº 13.112, de 23 de dezembro de 2006.

Constituída em 03 de abril de 1987, registrada sob o CNPJ nº 31.482.631/0001-18, seu objeto social é a execução das atividades de planejamento e desenvolvimento de projetos e concessões buscando a sustentabilidade dos empreendimentos para a Cidade de Vitória/ES, competindo-lhe especialmente, como objetivos gerais a formulação, supervisão e a implementação de uma política de desenvolvimento do Município de Vitória/ES, incentivando notadamente o desenvolvimento tecnológico além de promover a articulação para atrair a instalação de novas empresas no Município de Vitória, dentre outros objetivos. A partir de janeiro de 2018, as atribuições do Turismo do Município de Vitória passaram a ser geridas pela Companhia de Desenvolvimento de Vitória.

Em 2020 foi sancionada a Lei nº 9.626 de 09 de março de 2020, que alterou a denominação para Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória (CDTIV) e deu outras providências, com a finalidade de ajustar a nova demanda existente a uma denominação mais próxima de suas atribuições.

2) Aprovação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem estimativas referentes à contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, tais como a determinação da vida útil econômica do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social e outras estimativas.

3) Resumo das Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatórios Financeiros (IFRS) para Empresas Pequenas e de Médio Porte e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Resolução CFC de nº 1.255, de 10.12.09, NBC TG 1000 – contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A Companhia é uma empresa estatal dependente municipal, portanto ela também realiza a Contabilidade aplicada ao Setor Público, sendo os relatórios contábeis elaboradas de acordo com os seguintes normativos e orientações aplicadas ao setor; Lei nº 4.320/1964; Lei complementar nº 101/2000; Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público (NBC T SP); Parte V – Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP), do Manual de contabilidade aplicada ao setor público (MCASP), 8º edição; e Disposições das normas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES).

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (a moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

b) Classificação dos ativos circulante e não circulante

São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cujas realizações ou recebimentos dar-se-ão até o término do exercício seguinte.

c) Banco conta Movimento e Aplicações Financeiras

Banco conta Movimento e Aplicações Financeiras incluem depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez. (Notas 4 e 5).

d) Contas a receber de concessionários

As contas a receber de concessionários (Nota 6) são registradas no ativo circulante e no não circulante de forma individualizada observando o regime de competência de exercícios.

e) Investimentos

O ativo classificado como Propriedade para Investimento refere-se a terreno mantido pela Companhia para obter renda, seja por locação ou por ganho de capital, e está classificado no Ativo não Circulante.

O Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 28 determina o seguinte conceito de Propriedade para Investimento: “é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte) mantida pelo proprietário (ou arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas”.

A Propriedade para Investimento pode ser avaliada a valor justo ou valor de custo (Nota 10)

f) Imobilizado

Os bens integrantes do Imobilizado (Nota 11) estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustado por depreciações acumuladas e quaisquer outras perdas. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas estabelecidas pela legislação do Imposto de Renda e CPC 01.

g) Intangível

Os bens intangíveis compreendem Licenças de *Software* (Nota 12).

h) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do Balanço.

i) Classificação dos passivos circulante e não circulante

São apresentadas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos das variações monetárias ou contratuais incorridas. Estão classificados no Circulante os Passivos vencidos ou a vencer, cujas datas de exigibilidade dar-se-ão até o término do exercício seguinte.

j) Provisão para contingências

A provisão para contingências (Nota 18) está relacionada a processos de natureza cível, trabalhista e ou fiscal. É reconhecida, em função de um evento passado, quando a CDTV tem uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k) Demais passivos

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos até a data do balanço.

l) Apuração do resultado

O resultado das operações sociais é reconhecido em observância ao regime contábil de competência de exercício.

m) Demonstração do Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 R2.

n) Estimativas Contábeis

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de julgamento na determinação e reconhecimento de estimativas contábeis. As estimativas da Administração envolvem a análise de ativos e passivos, mediante premissas que incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, valor residual do imobilizado, provisão para indenização trabalhista, valor justo para propriedade de investimento e outras estimativas e julgamentos feitos pela administração. Os resultados efetivos podem se apresentar diferentes dessas estimativas e julgamentos feitos pela Administração. A empresa declara que não identificou quaisquer outras informações relevantes e que pudessem impactar na tomada de decisões dos usuários de demonstrações contábeis.

4) Banco conta Movimento:

Banco conta movimento corresponde a depósitos bancários e de livre movimentação, assim representadas:

	2022	2021
Banco Brasil – CDV/Subv – 9.875-2	1.102,25	1.102,25
Banestes S/A – B Ferreira – 27.078.989	4.167.654,71	299.340,47
Banestes Concessão – 28.977.619	11.243,28	4.048,89
Banestes Bradesco – 13.126-1	193.642,65	10.904,65
Banco conta movimento	4.373.642,89	315.396,26

5) Aplicações financeiras:

As aplicações financeiras são registradas pelo seu valor original. Os juros, atualização monetária, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor original, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

	2022	2021
Banestes Concessão/Aplicação 28.977.361	257.888,61	230.297,87
Banestes – Poupança/Caução	105.089,78	108.843,04
Aplicações financeiras	362.978,39	339.140,91

6) Contas a receber de concessionários:

A CDTV possui créditos com concessionários que estão sendo cobrados judicialmente. Foram feitas Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa com base no critério de probabilidade de perda dessas ações judiciais conforme relatório emitido pela Assessoria Jurídica da Companhia. A carteira de concessão está assim composta:

	2022	2021
Clientes - Concessão - Ativo Circulante	109.429,34	1.375.130,78
(-) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	(16.538,69)	(1.290.663,63)
Clientes - Concessão - Ativo não Circulante	2.716.902,94	1.471.630,71
(-) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	(2.666.713,61)	(1.471.630,71)
Contas a receber de concessionários	143.079,98	84.467,15

7) Impostos e contribuições a recuperar:

	2022	2021
CSRF a recuperar	1.110,01	0,00
IRRF a recuperar	4.054,43	0,00
IRPJ a recuperar	59.824,80	0,00
ISS a recuperar	1.333,22	0,00
CSLL a recuperar	21.536,93	0,00
PIS a recuperar	0,00	1.486,98
COFINS a recuperar	0,00	7.935,98
INSS a recuperar	0,00	50,56
Impostos e contribuições a recuperar	87.859,39	9.473,52

8) Almoxarifado:

O Almoxarifado refere-se a materiais de consumo e expediente estimados a atender o consumo interno da Companhia.

	2022	2021
Almoxarifado	5.444,79	5.770,92

9) Adiantamento:

O valor refere-se a adiantamentos feitos a empresas e funcionários, cuja baixa acontecerá em janeiro de 2023.

	2022	2021
Adiantamento de Férias	55.355,81	59.730,19
Adiantamento de Coopmetro	743,22	686,01
Adiantamento p/funcionários	0,00	7.410,41
Adiantamento Repasse Consignado	0,00	296,34
Adiantamento Repasse Sindismuvi	34,54	51,16
Adiantamento IRRF S/Férias	0,00	8.913,22
Adiantamentos	56.133,57	77.087,33

10) Investimentos:

No exercício de 2019, a Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória - CDTV, reclassificou a conta Terreno do grupo de Ativo Imobilizado como Propriedade Para Investimentos - PPI, no grupo Ativo Investimentos, sendo mensurado pelo “valor justo”. Valor este baseado no Parecer Técnico da Comissão Permanente de Engenharia de Avaliações – COPEA, da Prefeitura Municipal de Vitória, obedecendo às diretrizes, às técnicas e as recomendações da NBR 14653 (ABNT). A metodologia empregada no estudo apurou um valor de venda (valor justo), na época, de R\$ R\$ 5.734.403,09 para o Terreno. A reclassificação foi fundamentada conforme deliberação de Diretoria, onde fica clara a intenção da CDTV em auferir renda e ganho de capital com este Ativo.

No exercício de 2021, baseado nos Pareceres Técnicos números 163 e 323/2021 do COPEA, foi apurado um valor de venda (valor justo) de R\$ 8.431.841,00 para o terreno.

	2022	2021
Propriedade para Investimento	2.663.776,00	2.663.776,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial a Valor Justo	5.768.065,00	5.768.065,00
Propriedade para Investimentos	8.431.841,00	8.431.841,00

11) Imobilizado:

A Companhia possuía um Imobilizado no valor líquido de R\$ 92.197,14. O método de depreciação utilizado é o linear.

A conta redutora Instalação Bens de Terceiro no Galpão das Panelleiras, cujo valor residual é de R\$ 125.543,20, contido no processo administrativo nº 4647095/2016, encontra-se em tramitação para doação ao Município de Vitória.

O valor da depreciação em 2022 foi de R\$ 84.089,43 e em 2021 de R\$ 89.305,31.

	Taxa de De- preciação	2022	2021
Móveis e Utensílios	10%	200.353,91	200.353,91
Aparelhos	10%	30.147,06	30.147,06
Som, Vídeo e Equipamentos	10%	8.496,90	8.496,90
Materiais Fotográficos e Equipamentos	10%	2.567,80	2.567,80
Veículos	20%	0,00	66.750,00
Equipamentos para Manutenção	10%	24.295,30	24.295,30
Maquinas de Produção	10%	127.330,40	127.330,40
Maquinas e Equipamentos	10%	715.618,38	715.618,38
Equipamentos de Informática	20%	403.958,53	403.958,53
Benfeitorias em Propriedade		6.800,00	0,00
Máquinas de Escritório		274,63	274,63
Total do Ativo Imobilizado		1.519.842,91	1.579.792,91
Galpão Panelleiras - Inst. Bens de Terceiro		0,00	(125.543,20)
Contas Redutoras		0,00	(125.543,20)
Depreciação Acumulada		(1.488.489,68)	(1.362.052,57)
Imobilizado Líquido		31.353,23	92.197,14

12) Intangível:

Os bens intangíveis compreendem os ativos de softwares. Foi utilizado o método linear para o cálculo das amortizações.

	2022	2021
Licenças	62.033,70	62.033,70
Uso de software	90.361,00	90.361,00
Bens intangíveis	152.394,70	152.394,70
Amortização Acumulada	(126.057,57)	(99.759,13)
Bens Intangíveis Líquidos	26.337,13	52.635,57

13) Fornecedores e Outras contas a Pagar:

Em 2022 a empresa liquidou a todos os contratos com fornecedores.

	2022	2021
Fornecedores e Outras contas a Pagar	<u>0,00</u>	<u>111,62</u>

14) Obrigações Fiscais:

	2022	2021
IRRF a recolher	79.136,09	981,89
Provisão para Imposto de Renda	1.162,09	82.967,22
Provisão para Contribuição Social	697,25	32.028,20
Provisão para PIS	1.811,99	897,81
Provisão para COFINS	8.526,33	4.328,50
Obrigações Fiscais	<u>91.333,75</u>	<u>121.203,62</u>

15) Obrigações Sociais:

	2022	2021
INSS a recolher	136.885,63	92.326,74
INSS a recolher - PJ	4.660,62	0,00
FGTS a recolher	43.414,49	361,10
Obrigações Sociais	<u>184.960,74</u>	<u>92.687,84</u>

16) Provisões de Férias e Encargos:

	2022	2021
Férias a pagar - Diretoria	0,00	123.667,60
Provisão para Férias Funcionários	228.559,20	204.807,30
Provisão para INSS S/Férias	47.589,60	44.193,30
Provisão para FGTS S/Férias	18.284,73	16.384,58
Provisões de Férias e Encargos	<u>294.433,53</u>	<u>389.052,78</u>

17) Outros Passivos Circulantes:

O Valor de Caução refere-se a recursos provenientes de depósito de caução dos concessionários a serem restituídos aos mesmos no final do contrato.

O valor de adiantamento de clientes refere-se ao recebimento de concessões após publicada a PORTARIA Nº 11/2020.

	2022	2021
Cauções	105.089,78	108.808,78
Adiantamento de Clientes	1.220,78	7.722,27
Outros Passivos Circulantes	106.310,56	116.531,05

18) Provisões para Contingências - PNC:

Referente a processos de natureza cível, com prognóstico de perda provável, conforme abaixo:

- Ação de indenização por danos materiais – Processo nº 022531-48.2019.8.08.0024 – provisionado 100% do valor da ação, R\$ 114.245,03.
- Reclamação Trabalhista – Processo nº 0001086-45.2021.5.17.0010 – provisionado 100% do valor da ação, R\$ 60.000,00.
- Ação declaratória de nulidade de ato administrativo - Processo nº 5016347- 83.2022.8.08.0024 – provisionado 21,5% da ação, R\$ 92.880,00.

	2022	2021
Prov. Cont. Cível – Previdência USIMINAS	114.245,03	114.245,03
Prov. Cont. Cível – Píer vitória Hotel Ltda	0,00	15.000,00
Prov. Cont. Cível – Associação Juntos SOS	0,00	50.000,00
Prov. Cont. Trab. Sindicato do	60.000,00	0,00
Prov. Cont. Cível – Ecos Eventos	92.880,00	0,00
Provisão Para Contingência - PNC	267.125,03	179.245,03

Os processos com prognóstico de perda possível, são:

Ação	Processo	Valor
- Reclamação Trabalhista	Processo nº 0482- 72.2021.5.17.0014	45.000,00
- Ação de cumprimento de fazer (reclamação contra as atividades de exploração - Processo nº 0035744- "beach club"- do Quiosque n. 1 de Camburi e cumprimento do contrato de concessão).	58.2018.8.08.0024	57.110,29

19) Capital social:

O Capital Social integralizado é de R\$ 3.740.825,00 dividido em 3.740.825 ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

	2022	2021
Capital Social Integralizado	3.740.825,00	3.740.825,00
Capital Social Integralizado	3.740.825,00	3.740.825,00

20) Ajuste da Avaliação Patrimonial

Refere-se à diferença entre o valor justo e valor de custo do terreno avaliado pela COPEA – Comissão Permanente de Avaliação da Prefeitura Municipal de Vitória, obedecendo às diretrizes, às técnicas e as recomendações da NBR 14653 (ABNT).

No exercício de 2021, baseado nos Pareceres Técnicos números 163/2021 e 323/2021 do COPEA, o valor foi reavaliado, conforme abaixo:

	2022	2021
Ajuste da Avaliação Patrimonial	5.768.065,00	5.768.065,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	5.768.065,00	5.768.065,00

21) Reserva Legal:

A reserva legal é instituída como forma de assegurar a integridade do capital social. A Lei 6.404/76, em seu art. 193, determina que as companhias devem constituir uma “reserva legal” que corresponda a 5% do valor do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

	2022	2021
Constituição de Reserva Legal – AB 2020	15.769,75	15.769,75
Constituição de Reserva Legal – AB 2021	2.717,50	2.717,50
	18.487,25	18.487,25

22) Receita Líquida:

	2022	2021
Receita Operacional Bruta	11.103.612,81	6.171.110,96
Subvenção econômica	9.892.000,00	5.553.000,00
Concessões	1.211.612,81	618.110,96

Deduções da Receita	(112.780,82)	(70.557,25)
COFINS	(92.663,15)	(57.971,37)
PIS	(20.117,67)	(12.585,88)
Receita Líquida	10.990.831,99	6.100.553,71

Subvenção Econômica:

O valor refere-se a recebimento de transferência de recursos financeiros públicos da Prefeitura Municipal de Vitória, conforme previsto na Lei 9.626, de 09 de março de 2020, classificados como de natureza econômica, conforme prevê a Lei 4.320/64, §3º do seu art. 12.

Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo. Dessa forma, a subvenção é reconhecida como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a Companhia reconhece os custos e despesas relacionados à subvenção que são objeto de compensação.

Receitas Concessões:

O valor refere-se às receitas advindas dos Contratos de Concessão de Uso de Bem Público do Município de Vitória, situados na Praia de Camburi, Curva da Jurema, Praça do Papa, Parque Moscoso, dentre outros.

Dedução da Receita:

As deduções se referem aos tributos incidentes sobre as Receitas de Concessão.

23) Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais estão detalhadas conforme disposição abaixo:

	2022	2021
Despesas com Pessoal (Adm. e Efetivos)	1.590.253,31	1.537.272,61
Despesas com Encargos	549.195,04	298.045,17
Despesas com Serviços	4.697.039,73	779.536,10
Despesas com Materiais	136.764,63	10.603,11
Despesas com Impostos e Taxas	5.442,11	4.769,20
Despesas Complementares	0,00	452,85

Provisão de Despesas	806.350,60	691.741,11
Despesas com Pessoal (cedidos)	841.772,77	811.169,88
Despesas Processuais	6.032,89	32.647,87
Despesas c/ Concessionários	177.306,41	0,00
Despesas da Diretoria	2.177.877,27	1.495.616,36
Encargos Sociais Diretoria	566.699,38	484.215,69
Despesas não Dedutíveis	58.089,19	0,00
Despesas gerais e administrativas	11.612.823,33	6.146.069,95
	2022	2021
Despesas de Depreciação	71.682,63	89.305,31
Despesas de Amortização	12.406,80	5.370,36
Depreciação e Amortização	84.089,43	94.675,67

24) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa:

O valor apurado foi de R\$ 16.538,69, correspondendo a 15,11% do montante a receber.

CONTAS A RECEBER	%PERDAS ESTIMADAS	PCLD
A VENCER	2,71%	
<u>93.652,53</u>		<u>2.537,98</u>
VENCIDAS		
ENTRE 1 A 30 DIAS	10,00%	70,16
ENTRE 31 A 60 DIAS	20,00%	70,16
ENTRE 61 A 90 DIAS	30,00%	250,02
ENTRE 91 A 180 DIAS	50,00%	280,64
ACIMA DE 180 DIAS	100,00%	13.329,72
<u>13.329,72</u>		<u>13.329,72</u>
15.776,81		14.000,70
TOTAL		16.538,69

25) Outras Receitas:

Em 2022 a companhia registrou outras receitas referentes as seguintes operações:

- **Receitas Eventuais** – Valor R\$ 7.639,27 ref. reversão adiantamento de clientes, processo 9706/2021, relativo a valores recebidos entre março e abril/2020, não exigíveis, reclassificados conforme item 4.68, CPC 00.

- **Recuperação Despesas** – composto pelos seguintes valores:

- R\$ 61.797,91, ref. termo de confissão de dívida e acordo de pagamento NR. 01/2021, conforme processo 9374/2020 – Instituto Smart City;

- R\$ 84.000,00, ref. devolução devido a reprovação parcial de prestação de contas do Acordo de Cooperação nr. 44/2017 – LIESGE.

- R\$ 161,91, ref. restituição valor pago em duplicidade, JUCEES.

	2022	2021
Receitas Eventuais	7.639,27	144.670,00
Despesas Recuperadas	145.959,82	37.503,00
Glosa s/Serviços Contratados	0,00	57.054,76
Reversão de Prov. Trabalhista	0,00	40.375,20
Outras Receitas	153.599,09	279.602,96

26) Reversão de Provisões

	2022	2021
Reversão de PECLD	270.829,12	0,00
Reversão de Prov. p/contingências Cíveis	65.000,00	0,00
Reversão de Prov. p/contingências Trabalhistas	123.667,60	0,00
Reversão de Provisões	459.496,72	0,00

27) Resultado Financeiro:

Em 2022 a companhia registrou despesas e receitas financeiras nos seguintes montantes:

2022	2021

Despesas Financeiras	(43.599,15)	(2.762,26)
Atualização Monetária	(8.056,07)	(2.762,26)
Despesas Bancárias	(2.906,59)	0,00
Multa e Juros de mora	(32.636,49)	0,00
Receitas Financeiras	112.946,72	32.696,60
Receita de Aplicações	64.234,87	12.315,68
Descontos Obtidos	,24	161,16
Juros de mora	36.856,48	13.348,64
Variação monetária ativa	0,00	644,94
Multas – Concessão	11.083,23	5.225,16
Outras Receitas Financeiras	771,93	1.001,02
Resultado Financeiro Líquido	69.347,60	29.934,34

28) Imposto de Renda e Contribuição Social:

A Companhia é tributada pelo Lucro Real Trimestral. Os valores referem-se à apuração do anual, com vencimento no exercício seguinte.

	2022	2021
Provisão para Imposto de Renda	102.165,63	82.967,22
Provisão para Contribuição Social	41.378,53	32.028,20
Imposto de Renda e Contribuição Social	143.544,16	114.995,42

29) Eventos Subsequentes:

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recurso Extraordinário nº 949.297, mudando o entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária. A Diretoria da CDTV avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 - Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022. Assim, verifica-se a não ocorrência de

eventos que possam alterar de forma significativa as Demonstrações Contábeis e as operações da CDTV, até a data de autorização desta emissão, 12/04/2023.

Vitória (ES) 31 de dezembro de 2022

MARCUS GREGORIO
SERRANO:08362999
730

Assinado de forma digital por
MARCUS GREGORIO
SERRANO:08362999730
Dados: 2023.04.12 11:09:18 -03'00'

Marcus Gregório Serrano
Diretor Presidente

DONATILA LIMA NAVA
MARTINS:0172976278
6

Assinado de forma digital por
DONATILA LIMA NAVA
MARTINS:01729762786
Dados: 2023.04.12 11:42:05
-03'00'

Donatila Lima Nava Martins
Diretora Adm. Financeira

ALEXSANDER
CARVALHO
NUNES:04561766758

Assinado de forma digital por
ALEXSANDER CARVALHO
NUNES:04561766758
Dados: 2023.04.12 12:10:29.45
-03'00'

Alexsander Carvalho Nunes
Contador Comercial
CRC-ES 10.948-O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos dezenove do mês de abril de dois mil e vinte e três, às dez horas e trinta minutos, na sede da Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória - CDTIV, situada na Rua Armando Moreira de Oliveira, 230, Goiabeiras, Vitória - ES, reuniu-se o Conselho Fiscal da Companhia para examinar as Demonstrações Financeiras do ano base de dois mil e vinte dois, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Após a análise dos documentos e das informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal decidiram dar **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação das mesmas.



MIGUEL DOS SANTOS COSTA



MONICA CRISTINA VIEIRA MEIRA KANDLER



RILLER PEDRO SIDEQUERSKY